

Capítulo 2 - Estrutura e Desenvolvimento do Sistema Mercantil Capitalista

*Tudo o que era sólido e estável se desmancha no ar; tudo
o que era sagrado é profanado e os homens são obrigados
finalmente a encarar sem ilusões a sua posição
social e as suas relações com os outros homens.*

Marx e Engels, Manifesto Comunista

2.1 INTRODUÇÃO

Como vimos no capítulo anterior, os três grandes paradigmas da Economia não têm a mesma visão do sistema em que vivemos. Em particular, os neoclássicos vão ser mais arredios à tese de que o capitalismo é um sistema histórico particular, pois constroem seu sistema de interpretação sobre a hipótese de que a Economia – à diferença da Sociologia e das demais Ciências Sociais, que tratariam do mutável e do contingente – tem por objeto a dimensão universal e imutável do homem: a ação racional-maximizante. De outro lado, estruturalistas e institucionalistas históricos vão comungar da percepção do capitalismo como um padrão particular de organização social. A principal diferença interpretativa entre os signatários destas duas correntes teóricas vai se dar no âmbito da avaliação do capitalismo como um modo de produção **superior** aos que lhe antecederam (perspectiva comum à maioria dos institucionalistas históricos); ou como um modo de produção distinto e peculiar, mas que não pode ser hierarquizado em qualquer sentido sem que se fira o compromisso metodológico com a neutralidade científica (perspectiva cara à maioria dos estruturalistas).

De outro lado – tal como procuramos argumentar até aqui e demonstrar no Apêndice ao Capítulo 1 – as controvérsias entre os economistas dos distintos paradigmas vêm assumindo um caráter cada vez mais formal e inessencial. Na prática cotidiana, os economistas concordam muito mais do que se poderia esperar de uma leitura acrítica de suas declarações sobre princípios teóricos e método. Em particular, não pode deixar de chamar a atenção de qualquer analista atento o fato de que os economistas neoclássicos – justamente aqueles que são os mais enfáticos na defesa da distinção entre discurso normativo e positivo, bem como da a-historicidade da Economia (cujo objeto seria virtualmente natural e imutável) – são os que mais vociferam contra as políticas econômicas equivocadas, o excesso de intervenção do setor público, a perversão da ordem competitiva, etc. O que significa reconhecer que existe um ordenamento “melhor” e que ele não se impõe “naturalmente”.

Ora, nosso objeto neste capítulo são as características gerais deste padrão de ordenamento econômico que os neoclássicos querem generalizar e que os marxistas querem transformar (e, no limite, destruir). A questão que fica é: dadas as divergências de leitura e avaliação do sistema mercantil-capitalista é possível apresentar as características gerais do mesmo sem nos submeter (e submeter o leitor) a um padrão interpretativo eleito arbitrariamente? É possível fazer uma avaliação do sistema mercantil capitalista que seja minimamente objetiva? Ou somos obrigados a optar entre o silêncio (alienado), a crítica (utópica) ou o elogio (ideológico)?

Mais uma vez, a resposta a esta questão é mais simples do que poderia se pensar. E isto porque, a despeito do que pretende o senso comum, os economistas concordam muito mais sobre as características gerais, qualidades e defeitos do sistema capitalista e do que poderia parecer. Mesmo Marx – usualmente tomado como o maior crítico deste sistema – é um grande admirador do mesmo. E os argumentos que usa em sua defesa são muito próximos daqueles esgrimidos, seja por neoclássicos, seja por outros institucionalistas, como Schumpeter e North. A diferença específica encontra-se no fato de que – tal como Keynes, e para além deste – Marx percebe contradições no interior do sistema, e acredita que as mesmas tendem a se desenvolver de forma particularmente perversa.

Ora, esta peculiaridade da leitura marxista – simultaneamente crítica e elogiosa – vai nos ajudar a estruturar o texto deste capítulo, que se divide em quatro seções (para além desta Introdução). Na próxima seção, vamos apresentar as características mais gerais (que são, também, as características propulsivas e positivas) das economias mercantis em geral³⁹; na seção subsequente, apresentamos os fundamentos históricos da ordem mercantil e seu desenvolvimento em direção a um sistema de assalariamento e crescente desigualdade em termos de renda e propriedade⁴⁰; na terceira seção avaliamos os desdobramentos do sistema salarial e da concentração da renda para a dinâmica econômica⁴¹; finalmente, na seção conclusiva apresentamos algumas considerações gerais sobre a atualidade (ou não) das leituras clássicas expostas aqui.

2.2 CARACTERÍSTICAS GERAIS DAS ECONOMIAS MERCANTIS

No início dos anos 1980 um grande banco alemão fez uma listagem de seus maiores correntistas. Para a surpresa dos responsáveis pela pesquisa, alguns dos clientes com depósitos mais vultosos

³⁹ Nesta seção estaremos trabalhando na confluência do pensamento neoclássico com o institucionalismo histórico de Marx e de Schumpeter. Vale observar que, malgrado nossa principal referência bibliográfica neste capítulo ser o *Manifesto Comunista*, de autoria de Marx e Engels, usualmente nos referimos apenas a Marx como autor da interpretação sobre a estrutura e dinâmica capitalista que orienta nossa leitura aqui. Esta opção não é uma mera concessão à tradição que cunhou o termo “marxismo” para se referir à contribuição teórica destes dois grandes colaboradores intelectuais. Para além disso, a interpretação que fazemos aqui do *Manifesto Comunista* está pautada em *O Capital*, obra de autoria exclusiva de Marx.

⁴⁰ Aqui, nossas referências fundamentais são Weber e Marx.

⁴¹ Aqui, nossas referências fundamentais são Marx, Keynes, Kalecki e Schumpeter.



eram pensionistas do Estado que, a despeito de receberem valores pouco expressivos, não retiravam seus rendimentos há anos. Informado, o serviço previdenciário alemão foi atrás destes correntistas e descobriu que a quase totalidade havia falecido, muitos deles dentro de suas próprias residências, sem que ninguém registrasse suas faltas.

O episódio re-alimentou um debate tão antigo quanto o capitalismo: o debate acerca da alienação e isolamento que caracteriza a sociedade moderna. Vivemos num mundo em que todos são, de uma forma ou de outra, ligados a todos os demais. O computador em que escrevo é composto de centenas de peças que foram produzidas a partir da interação de milhares de pessoas que nunca conhecerei; a roupa que visto foi produzida a partir de fios naturais e sintéticos cuja origem e processamento desconheço, mas que muito provavelmente envolveram a participação de trabalhadores de diversos continentes; a energia elétrica que alimenta a lâmpada que ilumina o ambiente é gerada em uma usina localizada a centenas de quilômetros e que é operada por trabalhadores que desconheço, assim como eles desconhecem os produtores das turbinas que operam. Estamos todos ligados, uns aos outros. Mas convivemos com uma fração diminuta das pessoas às quais estamos ligados por laços de dependência, e nenhum de nós é essencial ao funcionamento do sistema em qualquer sentido do termo.

Para que a questão fique mais clara, pode ser útil uma representação ficcional. Imaginemos um personagem: um trabalhador que veio do interior em busca de trabalho na cidade e que, pouco a pouco, vai perdendo parentes e contato no mundo rural. Tímido, ele não chega a fazer amigos no ambiente urbano. Diariamente, ele sai de casa, entra na fábrica, bate o ponto e começa a trabalhar numa linha de montagem qualquer. Muitas são as pessoas que se beneficiarão de sua competência e algumas sofrerão as conseqüências de sua inépcia inicial; mas nenhuma delas o conhecerá. Saindo da fábrica, ele passa no supermercado e compra tudo o que precisa sem conversar com ninguém. Vai para casa de ônibus, e não precisa dizer para o motorista ou para o cobrador onde mora. Entra no prédio sem cumprimentar o porteiro que nem sabe o seu nome. Um dia ele cai no banho, bate a cabeça e morre. Depois de uma semana sem ir ao trabalho, é demitido por justa causa. Talvez a moça que trabalha no caixa do supermercado se aperceba que ele deixou de passar por ali; mas vai imaginar que ele passou a freqüentar outro supermercado. O porteiro nem se apercebe da ausência do mal-educado, que deve estar de férias ou ter voltado para a terra natal.

Este é o mundo do mercado, o mundo da impessoalidade. Antes de qualquer outra característica, a sociedade mercantil é aquela em que todas as pessoas se relacionam obrigatoriamente através de um único instrumento: o dinheiro. Podemos (e devemos, para manter nossa saúde mental!) nos relacionar de outras formas, também. Mas, fora da vida privada, vale dizer, fora do ambiente reservado à reprodução material da espécie (a família), nenhum outro vínculo social é impositivo para além daqueles estabelecidos nos diversos mercados. Vender – comprar – vender: esta é a única condição universal de vínculo e reprodução de todos os produtores numa sociedade mercantil.



A dimensão negativa – vale dizer: a dimensão alienante, isolacionista, geradora de tanto sofrimento e solidão nas metrópoles e cidades populosas – do padrão mercantil de relação social fica evidente nas histórias contadas acima dos aposentados alemães e do nosso operário fictício. Mas ela não é única dimensão, nem a mais importante. Na verdade, a própria alienação que se expressa no desconhecimento de indivíduos reciprocamente dependentes comporta alguma positividade. Quantas pessoas não vêm do campo ou das pequenas cidades para as metrópoles em busca de um pouco de privacidade? Uma privacidade que lhes permite afrontar códigos tradicionais e expressar – em ambientes reservados ao olhar de seus vizinhos, parentes, chefes, colegas de trabalho, autoridades locais, etc. – preferências políticas, sexuais ou culturais heterodoxas⁴².

Mas isto não é tudo. Um mundo em que a condição de reprodução de todos é a **venda** das mercadorias produzidas por cada um é um mundo onde a conquista do cliente – vale dizer, do **dinheiro** do comprador potencial – é condição de sobrevivência dos produtores. Para além de qualquer modismo, o mundo do mercado é o mundo onde “o cliente tem sempre razão”. Seja ele branco ou negro, mulher ou homem, jovem ou velho, “quatrocentão” ou filho de mãe solteira, judeu ou católico: o outro lado da alienação, da desconsideração pela individualidade, é a consagração da igualdade formal. Os sistemas mercantis – ou, para ser mais exato, os sistemas onde o dinheiro é a única condição de apropriação de qualquer bem, e a venda de algo é a única condição de recebimento de dinheiro – são sistemas onde viceja e se impõe a igualdade formal entre os agentes. Mais do que uma conquista da razão, o feminismo, a criminalização do racismo, a laicização do Estado e a liberdade de culto religioso, são conquistas do mercado⁴³.

Como se não bastassem as vantagens associadas à privacidade e a igualdade formal, os sistemas mercantis são portadores de uma enorme flexibilidade, superior a qualquer outro sistema de produção pregresso. Na medida em que os vínculos sociais se estabelecem no mercado, onde ninguém é obrigado a comprar de ninguém, cada possuidor de dinheiro vai tentar maximizar sua satisfação, comprando o melhor produto possível por unidade de dispêndio. Isto significa dizer que se um determinado produtor (de tecido, por exemplo) descobre um fornecedor (de fio, de teares, de serviços de transporte, etc.) capaz de lhe oferecer um produto similar ao tradicionalmente adquirido por um preço inferior àquele, não há nada que o impeça de romper as relações tradicionais de clientela.

Sem sombra de dúvida, esta flexibilidade tem seus custos, e eles não são desprezíveis. Os produtores tradicionais, que vêm suas mercadorias recusadas ao preço de oferta original, são obrigados

⁴² Segundo Marx e Engels: “A burguesia submeteu o campo à cidade. Criou grandes centros urbanos; aumentou prodigiosamente a população das cidades em relação à dos campos e, com isso, arrancou grande parte da população do embrutecimento da vida rural”. (Marx e Engels, 2005, p. 44.)

⁴³ “Onde quer que tenha conquistado o poder, a burguesia destruiu as relações feudais, patriarcais e idílicas. Rasgou todos os complexos e variados laços que prendiam o homem feudal a seus ‘superiores naturais’, para só deixar subsistir, de homem para homem, o laço do frio interesse, as duras exigências do ‘pagamento à vista’.” (Marx e Engels, 2005, p. 42.)

a baixá-lo para realizar a venda das mesmas. E se as vantagens competitivas dos novos fornecedores não forem replicáveis, vale dizer: se os fornecedores tradicionais não puderem adotar os padrões produtivos mais modernos e competitivos, eles sofrerão prejuízos continuados até serem expulsos do mercado. Sem ter o que vender, não poderão comprar. E sem comprar, num sistema puramente mercantil, não poderão sobreviver.

Mas, de outro lado, a mesma flexibilidade que leva à morte dos produtores menos competitivos, promove a incessante elevação da produtividade sistêmica. Afinal, a luta pela sobrevivência passa a se confundir com a luta permanente pela redução de custos e melhoria da qualidade dos produtos. E o resultado é a estruturalização da inovação produtiva. Como bem o diziam Marx e Engels,

“A burguesia não pode existir sem revolucionar incessantemente os instrumentos de produção, por conseguinte, as relações de produção e, com isso, todas as relações sociais. A conservação inalterada do antigo modo de produção era, pelo contrário, a primeira condição de existência de todas as classes industriais anteriores. Essa subversão contínua da produção, esse abalo constante de todo o sistema social, essa agitação permanente e essa falta de segurança distinguem a época burguesa de todas as precedentes. Dissolvem-se todas as relações sociais antigas e cristalizadas, com seu cortejo de concepções e de idéias secularmente veneradas; as relações que as substituem tornam-se antiquadas antes de se consolidarem”. (Marx e Engels, 2005, p. 43)⁴⁴

2.3 CAPITALISMO, ASSALARIAMENTO E LUTA DE CLASSES

Qualquer pessoa que tenha dedicado algum tempo para refletir sobre a ordem social e econômica em que vivemos deve ter se deparado com a seguinte questão: como é possível uma sociedade que se “organiza” sobre o individualismo e a busca da máxima vantagem privada por cada produtor e que revoluciona as relações de produção incessantemente? Quais são os mecanismos que impedem esta sociedade de descambar para o caos? O que impede que o oportunismo se generalize, transformando todos os cidadãos em prisioneiros de jogos perde-perde?⁴⁵

Uma das respostas mais influentes a este importante questionamento é dada por Max Weber. Para este autor, o problema se encontra, de fato, na pergunta, que é mal formulada. Pois ela pressupõe que a busca do ganho privado a qualquer custo seja uma característica central e diferenciadora das sociedades mercantis *vis-à-vis* as demais. Para Weber, pelo contrário,

“a cupidez do mandarim chinês, do aristocrata da Roma antiga, do latifundiário moderno resiste a toda a comparação. E a *auri sacra fames* do cocheiro ou do *barcaiuolo* napolitano

⁴⁴ Este parágrafo se encerra com a frase famosa que serve de epígrafe a este capítulo.

⁴⁵ Vide o Apêndice ao primeiro capítulo, onde apresentamos noções de Teoria dos Jogos com ênfase no “Dilema do Prisioneiro”.

ou ainda do representante asiático de semelhantes atividades, mas também do artesão da Europa do sul ou dos países asiáticos se expressa, como qualquer um pode constatar por si mesmo, de uma forma extraordinariamente mais *aguçada* e, em particular, menos escrupulosa do que, digamos, a de um inglês em igual situação. A *absoluta* falta de escrúpulos na afirmação do interesse pessoal no ganho pecuniário foi justamente uma característica específica daqueles países cujo deslanche capitalista-burguês se mantivera em ‘atraso’.” (Weber, 2004, pp. 49 e 50)

Por oposição, Weber vai identificar o “espírito capitalista” a um padrão ético muito peculiar, que emerge com as revoluções protestantes na Europa do século XVI (em particular, com o calvinismo) e que vai atingir seu máximo desenvolvimento e disseminação entre os colonos do norte dos Estados Unidos nos séculos XVII e XVIII. Esta ética peculiar tem em Benjamin Franklin seu grande arauto, que nos ensina:

“A par da presteza e da frugalidade, nada contribui mais para um jovem subir na vida do que pontualidade e retidão em todos os seus negócios. Por isso, jamais retenhas dinheiro emprestado uma hora a mais do que prometeste, para que tal dissabor não te feche para sempre a bolsa de teu amigo.

As mais insignificantes ações que afetam o crédito de um homem devem ser ponderadas. As pancadas do teu martelo que teu credor escuta às cinco da manhã ou às oito da noite o deixam seis meses sossegado; mas se te vê à mesa de bilhar ou escuta tua voz numa taberna quando devias estar a trabalhar, no dia seguinte vai reclamar-te o reembolso e exigir seu dinheiro antes que o tenhas à disposição, duma só vez.” (Franklin, apud Weber, 2004, pp. 43/4)

Vale dizer: mais do que uma ética do ganho a qualquer custo, a ética mercantil-capitalista valoriza um tipo muito particular de ganho: aquele conquistado a partir da frugalidade e do trabalho. Ainda mais importante: esta ética não pode ser tomada como um reflexo da ordem capitalista. Como Weber esclarece corretamente, **“o ‘espírito do capitalismo’ (no sentido por nós adotado) existiu incontestavelmente antes do desenvolvimento do capitalismo”**. (Weber, 2004, p. 48).⁴⁶

Mas – poder-se-ia perguntar, então – esta leitura não é contraditória com a caracterização feita na seção anterior da sociedade mercantil como aquela em que o mercado é o único elo de

⁴⁶ Weber acredita que esta afirmação é contraditória com a teoria marxista do desenvolvimento capitalista (Weber, 2004, p. 48). Do nosso ponto de vista, isto apenas revela a dificuldade de Weber em entender Marx. Para Marx, o capitalismo – e a ética capitalista – brota da sociedade mercantil simples, que emerge na crise do feudalismo. Como dizem Marx e Engels sucintamente no *Manifesto Comunista*: “dos servos da Idade Média nasceram os moradores dos primeiros burgos; desta população municipal saíram os primeiros elementos da burguesia.” (Marx e Engels, 2005, p. 41). Voltaremos a este ponto mais adiante. Para um tratamento detalhado do problema, veja-se o capítulo quarto de Paiva, 2007.

sociabilidade? De certa forma, sim. Mas esta é uma contradição que se resolve na História. Senão vejamos.

O que Weber esclarece – corretamente, insistamos – é que uma sociedade tão particular, que libera os agentes para buscarem o máximo benefício privado, não poderia se impor sem a concomitante imposição de uma ética muito particular, capaz de circunscrever, **no momento de sua constituição**, os componentes socialmente perversos do individualismo⁴⁷. Só que, uma vez constituída e generalizada, a sociedade mercantil alimenta processos de alienação, individuação e dessocialização que levam ao desenvolvimento de uma mentalidade distinta (e, no limite, antagônica) à ética que lhe deu origem⁴⁸.

Este processo de esfacelamento da ética puritana de trabalho, frugalidade e retidão vai corresponder, justamente, à transição da ordem **mercantil simples** – vale dizer, daquela sociedade mercantil pré-capitalista, organizada em torno de pequenos produtores independentes – para a ordem **propriamente capitalista** – caracterizada pela concentração de capital e pela distinção entre produtores diretos assalariados e proprietários dos meios de produção⁴⁹. Como se dá este processo? A partir da operação do processo competitivo e inovativo descrito na seção anterior.

Tal como foi esclarecido acima, as sociedades mercantis são caracterizadas pela instabilidade dos padrões técnicos de produção e pelo contínuo crescimento da produtividade do trabalho. Para além da melhoria na qualidade dos produtos e da depressão sistemática dos seus preços, a concorrência mercantil conduz, sistematicamente, à falência de firmas e empreendimentos. Ora, se as inovações introduzidas pelos produtores mais competitivos se disseminassem rapidamente e se as exigências de capital para (re)ingresso no mercado se mantivessem estáveis ao longo do tempo, as massas falidas dos empresários mal-sucedidos seriam adquiridas por novos pequenos empresários, e o sistema se manteria essencialmente inalterado. Mas não é isto o que acontece.

Desde logo, os empresários inovadores se utilizam de todos os expedientes de que dispõem para impedir a difusão dos novos padrões técnicos. E durante o período em que são bem sucedidos neste intento, conquistam posições (semi)monopolistas, que lhes garantem lucros extraordinários.

⁴⁷ Mas que se entenda bem: esta auto-circunscrição ética do individualismo inerente às sociedades mercantis não é universal. Ela só se impôs plenamente nas nações e territórios que **inauguraram** a transição para este peculiar sistema social; em particular, ela se impôs nas duas grandes nações “puritanas” do Ocidente: a Grã-Bretanha e os Estados Unidos. Como veremos nos capítulos iniciais da Segunda Parte deste livro, a transição brasileira para o capitalismo não envolveu ou pressupôs qualquer crítica ao individualismo oportunista ou qualquer difusão da ética do trabalho.

⁴⁸ Tal como o próprio Weber reconhece no capítulo final da *Ética Protestante*. Em particular, veja-se Weber, 2004, pp. 156 e segs.

⁴⁹ Vale frisar, mais uma vez, que esta transição não é universal. Na verdade, apenas as nações **pioneiras** no processo de transição para o capitalismo constituíram sólidas economias mercantis simples. Aliás, é justamente por haverem constituído economias mercantis pré-capitalistas que estas nações lideram as revoluções protestantes: **a ética do trabalho, a defesa do ganho, a crítica ao Estado (fiscalista) e à Igreja Católica (com seus dízimos e proibições), não são projetos arbitrários, pertinentes a qualquer estrato social. Correspondem rigorosamente aos interesses estratégicos do pequeno produtor mercantil urbano e rural**, que emerge na falência do feudalismo anglo-saxão, germânico, flamengo e (secundariamente) francês. Por circunstâncias e determinações que serão apresentadas no capítulo de abertura da Segunda Parte deste livro, este agente particular não alcança a mesma expressão social na Península Ibérica.



Lucros que são canalizados para a acumulação produtiva; vale dizer, para a ampliação de sua capacidade de produção nas novas condições técnicas.

Ora, ao longo deste período, o produtor que foi expulso do mercado tem que sobreviver. E tudo o que ele dispõe agora é de sua capacidade de trabalho. Justamente do que precisa o empresário inovador que acaba de acumular; afinal, a nova capacidade produtiva tem que ser operada por alguém. Como esta é uma sociedade mercantil – onde todos os agentes são formalmente iguais e todos os contratos são temporários e passíveis de rompimento unilateral – a relação de trabalho entre empregador e empregado será, também, uma relação estritamente mercantil. O empregado venderá, por tempo pré-determinado (um dia, uma semana, um mês) sua capacidade de trabalho, recebendo, em contrapartida, uma determinada quantidade de dinheiro (seu salário). (Marx e Engels, 2005, p. 46)

Ocorre, contudo, que a capacidade de trabalho é uma mercadoria muito particular. Ao contrário das demais mercadorias (trigo, tecido, alfinetes, etc.), seus proprietários não podem deixar de “produzi-la” quando há excesso de oferta no mercado. Pelo contrário: se há ofertantes em excesso, e a taxa de salário cai, os trabalhadores que não possuem outra mercadoria para vender se vêem obrigados a **ampliar a oferta** de sua capacidade de trabalho (seja manifestando a disposição de trabalhar mais horas, seja pelo ingresso dos demais membros da família no mercado de trabalho). O resultado é que, quanto mais radicais os processos inovativos, maior o número de falências e desempregados, maiores os lucros extraordinários dos empresários inovadores e menores os salários auferidos pelos trabalhadores.

Com salários em queda e a capacidade produtiva em alta, os empresários inovadores vêem seus lucros subirem. É bem verdade que esta ampliação dos lucros tende a encontrar limites de mercado⁵⁰. Mas, num primeiro momento, estes limites tendem a ser mais do que compensados pelos ganhos derivados da ampliação da escala de produção. E isto na medida em que, com maior número de operários a divisão do trabalho no interior da empresa tende a se aprofundar e, com ela, a produtividade do sistema⁵¹. Ou, para ser mais claro: a transição do artesanato – que é a estrutura produtiva típica da economia mercantil simples – para a manufatura e a indústria – estruturas produtivas típicas da economia mercantil-capitalista – não se realiza sobre uma base técnica estável, mas aprofunda e acelera o processo inovativo que já caracterizava a sociedade mercantil simples. O que tem graves conseqüências. Nos termos de Marx e Engels:

“O crescente emprego de máquinas e a divisão do trabalho despojaram a atividade do operário de seu caráter autônomo, tirando-lhe todo o atrativo. O operário torna-se um simples apêndice

⁵⁰ Voltaremos a este ponto logo adiante.

⁵¹ O primeiro grande teórico da relação entre escala, divisão do trabalho, produtividade e competitividade foi Adam Smith. A leitura dos primeiros capítulos de *A Riqueza das Nações* não é apenas agradável: Smith (1977) é muito mais atual e rico do que a imensa maioria da produção contemporânea voltada à (pseudo) interpretação das conexões entre desenvolvimento e “novas tecnologias”.

da máquina e dele só se requer o manejo mais simples, mais monótono, mais fácil de aprender. Desse modo, o custo do operário se reduz, quase exclusivamente, aos meios de subsistência que lhe são necessários para viver e perpetuar sua espécie. Ora, o preço do trabalho, como de toda mercadoria, é igual ao seu custo de produção. Portanto, à medida que aumenta o caráter enfadonho do trabalho, decrescem os salários. Mais ainda, na mesma medida em que aumenta a maquinaria e a divisão do trabalho, sobe também a quantidade de trabalho, quer pelo aumento das horas de trabalho, quer pelo aumento do trabalho exigido num determinado tempo, quer pela aceleração do movimento das máquinas, etc.

Quanto menos habilidade e força o trabalho exige, isto é, quanto mais a indústria moderna progride, tanto mais o trabalho dos homens é suplantado pelo de mulheres e crianças. As diferenças de idade e de sexo não têm mais importância para a classe operária.” (Marx e Engels, 2005, p.46.)

A indiferenciação de gêneros e faixa etária no processo de incorporação à força de trabalho assalariada apenas aprofunda a indiferenciação já definida pela universalização da mediação do mercado e do dinheiro nos processos de troca. O resultado é o aprofundamento da ideologia e da utopia igualitaristas⁵², cujo principal desdobramento é a universalização da consciência reivindicatória e do conflito de classes. E, aqui, a primeira grande contradição da ordem burguesa. Analisemo-la.

O pensamento conservador usualmente toma Marx e os seus (pretensos ou reais) seguidores como promotores da luta de classes. Esta pretensão não é uma completa falácia, mas não chega a ser sequer uma meia verdade. De fato, o que Marx percebeu antes que qualquer outro foi a contradição entre a **promessa de igualdade** imanente ao mundo em que o dinheiro se torna a única condição de apropriação, e a **desigualdade real** que se impõe a partir do desenvolvimento da concorrência, da revolução das forças produtivas e da concentração da propriedade. E o que este autor propôs foi a exploração das potencialidades políticas postas nesta contradição real e impositiva com vistas à construção de uma outra ordem social, onde o desenvolvimento das forças produtivas e o produto do trabalho coletivo fossem colocados sob o controle do conjunto dos produtores. Mas – caberia, ainda, perguntar – por que Marx entendeu que esta contradição real e impositiva deveria ser trabalhada

⁵² As categorias “ideologia” e “utopia” são empregadas por nós no sentido dominante nas tradições germânica e anglo-saxã e que veio a ser consagrado na obra de Mannheim (1986). Neste sentido, tanto a ideologia, quanto a utopia, correspondem a leituras socialmente determinadas do mundo que se diferenciam pela polarização conservadora (e, no limite, idealizadora e falsificadora do *status quo*) que caracteriza a primeira, em oposição à polarização transformadora (e, no limite, subversiva da ordem) que caracteriza a segunda. O igualitarismo burguês comporta as duas dimensões. A dimensão ideológica se diz presente na pretensão de que, por serem formal e juridicamente iguais, os agentes sociais sejam objetivamente iguais na sociedade burguesa, desconhecendo as desigualdades reais entre capitalistas e trabalhadores, intelectuais e operários, homens e mulheres, etc. A dimensão utópica se diz presente na medida em que a igualdade formal alimenta anseios de igualação real e projetos de redistribuição de renda e propriedade.

e explorada politicamente com vistas à construção de uma nova sociedade? Por que ele mesmo se identifica com os valores e o projeto do igualitarismo *tout court*? Absolutamente, não! Na verdade, Marx sempre foi crítico do igualitarismo ideológico e do comunismo grosseiro das lideranças populistas e basistas do proletariado nascente. Segundo o autor,

“esse comunismo, ao negar por completo a *personalidade* do homem, é justamente a expressão conseqüente da propriedade privada, que é esta negação. A *inveja* geral e constituída em poder não é senão a forma oculta em que a *cobiça* se estabelece e, simplesmente, se satisfaz de *outra* maneira. ... O comunista grosseiro é apenas o acabamento desta inveja e desta nivelção, partindo de um mínimo *representado*. Tem uma medida *determinada e limitada*. O pouco que esta superação da propriedade privada tem de efetiva apropriação, o prova justamente a negação abstrata de todo o mundo da educação e da civilização, o regresso à simplicidade não *natural* do homem *pobre*, bruto e sem necessidades, que não só não superou a propriedade privada, como também nem sequer chegou a ela.” (Marx, 1978, p. 7).

Evidentemente, esta crítica não é uma crítica ao comunismo em geral, mas à sua expressão vulgar e ideológica, que desconhece o direito à diferença e à individuação. Só que, ao mesmo tempo em que recusava este igualitarismo invejoso, Marx acreditava que os trabalhadores assalariados urbanos - signatários naturais deste comunismo vulgar – eram os únicos agentes sociais capazes de uma crítica radical e militante à ordem burguesa. De forma que, malgrado sua profunda aversão ao igualitarismo *tout court*⁵³, Marx vai defender a exploração política desta consciência crítica – tornada senso comum entre o nascente proletariado – porque vê nela a chave para o enfrentamento de uma outra contradição, cujos desdobramentos sociais seriam ainda mais perversos: a contradição entre o hiperdesenvolvimento das forças produtivas capitalistas e o crescente estreitamento das bases de realização da produção potencial. Senão vejamos.

2.4 CRISE, CICLO E TENDÊNCIA: UMA INTRODUÇÃO À DINÂMICA ECONÔMICA CAPITALISTA

Talvez a forma mais simples de introduzir a especificidade do capitalismo seja recuperando aquela característica deste modo de produção que mesmo economistas neoclássicos mais abertos à influência de Keynes reconhecem como uma característica que não é inerente a toda e qualquer ordem econômica: trata-se da tendência do modo de produção a apresentar crises de superprodução.

⁵³ Que tantas desgraças produziu ao longo do século XX nas diversas experiências de terror socialista, das quais o Camboja de Pol Pot é apenas a expressão mais grotesca.



Como se pode imaginar, a possibilidade de se produzir para além das necessidades imediatas de uma dada comunidade esteve posta em todas as sociedades em que o grau de divisão do trabalho e de domínio da natureza tivesse ultrapassado um certo nível mínimo. Em sociedades essencialmente agrícolas, o fenômeno de colheitas particularmente abundantes que não podem ser inteiramente consumidas ou estocadas é tão recorrente quanto o contrário (colheitas inferiores à média, em função de secas ou enchentes). Porém, enquanto para todas as sociedades pretéritas a concretização desta possibilidade significava não mais do que um período de rara abundância, no capitalismo a simples **expectativa** por parte de uma parcela expressiva de empresários capitalistas de que não haja mercado capaz de absorver a produção potencial de suas empresas (ou seja, a **expectativa** de que esta produção, caso efetivada, não possa vir a ser inteiramente vendida) pode se transformar na origem de crises violentas, em que trabalhadores são desempregados, o total dos investimentos cai de forma abrupta, empresas vão à falência, máquinas ficam ociosas, o nível de consumo da sociedade como um todo cai juntamente com os lucros e a massa de salários, e as necessidades mais prementes de grande parte da produção deixa de ser atendida. A origem desse fenômeno: a abundância potencial!⁵⁴

Como nos ensina Marx no terceiro capítulo do Livro 1 de *O Capital*, a **possibilidade** de crises de superprodução é inerente a qualquer sistema mercantil. E isto na medida em que, nestes sistemas, o destino da produção é “incerto”: aquilo que é produzido não só **não** se destina a ser utilizado pelos próprios produtores como **não tem qualquer destinação pré-fixada**. Na realidade, ela se destina ao mercado, onde, espera-se, existam compradores para a produção. Compradores que devem ter vendido algo para obterem o dinheiro necessário à compra de outras mercadorias. O problema é que “ninguém é obrigado a comprar imediatamente apenas por ter vendido” (Marx, 1980a, p126). E se os vendedores adiam sistematicamente suas compras, entesourando o dinheiro recebido pelas vendas, rompe-se o processo de circulação e os produtores que não conseguem vender suas mercadorias amargam prejuízos e deixam de comprar mercadorias de outros, num círculo vicioso que se transforma em uma crise de superprodução.

Não obstante, se esta possibilidade já está posta nas economias mercantis simples (na medida em que são economias monetárias), ela é, antes, uma possibilidade formal do que real. E isto na medida em que numa economia de pequenos produtores independentes, baseada no artesanato e na pequena produção agrícola, a compra logo após a venda é virtualmente impositiva. Na realidade, a compra é a condição de **sobrevivência** do pequeno produtor especializado; de sorte que os rompimentos nos elos da cadeia de circulação, quando ocorrem, são episódicos e rapidamente superados.

⁵⁴ Nos termos de Marx e Engels: “Uma epidemia, que em qualquer outra época teria parecido um paradoxo, desaba sobre a sociedade – a epidemia da superprodução. A sociedade vê-se reconduzida a um estado de barbárie momentânea; ... E por quê? Porque a sociedade possui civilização em excesso, meios de subsistência em excesso, indústria em excesso, comércio em excesso.” (Marx e Engels, 2005, p. 45).



Muito diferente é o padrão de circulação em uma economia capitalista. Nela emergem dois agentes com padrões de gastos muito distintos. Em primeiro lugar, temos o empresário capitalista. Seu rendimento típico é o lucro⁵⁵. E este lucro tem duas destinações: o consumo e o investimento. Ora, o padrão de consumo capitalista é bastante estável, flutuando pouco com as flutuações do lucro, dado que os empresários contam com um patrimônio que lhes garante crédito. Diferentemente, os investimentos – vale dizer, os gastos capitalistas com novos bens de capital, sejam eles máquinas, instalações, estoques de insumos, etc. – flutuam significativamente ao longo do tempo, pois dependem da expectativa que os empresários têm da ampliação (ou não!) dos mercados para seus produtos. De outro lado, temos o trabalhador assalariado. Como vimos acima, com o processo de simplificação do trabalho associado à introdução da maquinaria, as taxas de salário tendem a ficar muito próximas do nível de subsistência e reprodução da classe trabalhadora. De forma que virtualmente todo o salário é gasto em bens de consumo, e todo o consumo dos trabalhadores depende do recebimento de salários. Esta divisão da sociedade em duas classes, com padrões de rendimento e gasto tão distintos, está na base das recorrentes crises de superprodução do capitalismo. Senão vejamos.

Para que se entenda este processo em toda a sua profundidade é preciso que se atente para o fato crucial de que no capitalismo o objetivo da produção é a valorização do capital. Ou seja: produz-se para vender com lucro, de tal maneira que o processo de produção nada mais é do que um momento do circuito de valorização do capital (vale dizer, “compra – produção – venda com lucro”)⁵⁶. Na ponta desse circuito, uma decisão **autônoma** do empresário (comprar certas mercadorias); no fim do processo, uma série de decisões **autônomas** de outros compradores (capitalistas ou consumidores finais). O ciclo de valorização só se completa se as mercadorias resultantes do processo de produção forem integralmente vendidas. Entretanto, isto não está definido *a priori* por qualquer instância social, nem depende das decisões do próprio empresário que inicia o processo. Quando um capitalista adquire uma certa quantidade de recursos produtivos (máquinas, insumos, força de trabalho) para produzir uma certa quantidade de bens, as informações de que ele dispõe a respeito do comportamento futuro do mercado são muito pouco seguras, na medida em que dependem em grande parte de elementos que estão fora do seu controle (como, por exemplo, da reação de seus concorrentes, das possíveis alterações na estrutura da demanda de seus compradores potenciais, ou do estado dos negócios em geral). Assim, todo o processo de investimento é uma *aposta* que os capitalistas fazem

⁵⁵ Entendido aqui como a forma geral do excedente, que pode tomar as formas específicas de lucro puro, juro sobre o capital financeiro e aluguéis de imóveis rurais e urbanos.

⁵⁶ O próprio “capital” se define por este processo de valorização. Isto implica dizer que as máquinas, equipamentos, insumos e a força de trabalho nada mais são do que uma das formas que o capital assume dentro do circuito completo de valorização (onde ele toma recorrentemente as formas de “dinheiro – mercadorias – mais dinheiro”). Assim, o capital só pode ser entendido como um “valor que se valoriza”, vale dizer, uma forma social específica de poder que é exercido com vistas à sua expansão (valorização).

contra um futuro **incerto**. Nada lhes garante que o objetivo final de um dado processo de investimento (a auferição do lucro através da produção e da venda de mercadorias) vá ser atingido com êxito, na medida em que as mercadorias efetivamente produzidas (ou, mais geralmente, para cuja produção potencial já foram efetivados gastos) venham a ser sancionadas pelo mercado, ou seja, venham a se transformar em “valores de uso” para alguém. E isto porque o capitalismo, a despeito de apresentar um elevadíssimo grau de desenvolvimento de divisão de trabalho – o que define uma profunda interdependência dos produtores capitalistas e da sociedade como um todo –, é um sistema **anárquico**, onde as decisões de produzir são independentes e privadas, vale dizer, onde não há um organismo social que determine o que e quanto deve ser produzido.

Apenas com estes elementos já podemos entender porque uma economia capitalista tem como característica transformar de forma recorrente as suas possibilidades reais de produção de mercadorias para além do que o mercado é capaz de absorver na fonte de violentas crises. Para que isto ocorra é suficiente que um número “**X**” de empresários capitalistas, a partir de um certo momento, adotem expectativas pessimistas em relação à possibilidade de colocação rentável de seus produtos no mercado e respondam a este fato diminuindo as compras (de insumos e de bens de capital) de outros produtores. Se estas ações não forem contrabalançadas por ações em sentido contrário de outros empresários (e não há nada que leve a esperar isto), este fenômeno pode resultar em um processo do tipo “bola de neve”, em que todos os produtores, ao procurarem se defender comprando ou produzindo menos, dêem origem a uma retração geral dos mercados, limitando ainda mais as possibilidades de terem seus próprios produtos vendidos. Até onde este processo pode ir, vai depender de **n** fatores, desde os, por assim dizer, “políticos” (definidores do sentido e qualidade da intervenção do Estado), os “propriamente econômicos” (como os números de falências, que abrem espaço para que as empresas sobreviventes abocanhem fatias de mercado de suas ex-concorrentes e voltem a crescer no bojo de um processo de concentração de capitais), e de caráter “técnico” (velocidade de deterioração dos equipamentos ociosos instalados). O fator determinante em última instância, contudo, será sempre a capacidade dos capitalistas de refazerem suas expectativas em relação ao futuro. E na medida em que estas expectativas são apostas contra um futuro incerto, elas são marcadas por uma forte dose de “irracionalismo”. O que há de irônico nisto é que, **sejam quais forem as expectativas, elas tendem a se realizar**. Assim, se elas forem fortemente pessimistas, a demanda efetiva da economia deverá cair de tal maneira a gerar uma crise muito violenta, o que acaba por “confirmar” a previsão dos empresários.

Na busca de contornar as conseqüências postas na imprevisibilidade do futuro, os empresários procuram adotar uma postura conservadora – não se deixando influenciar por indícios pouco convincentes de que se inicia um processo de crescimento acelerado ou de crise – e seguir a opinião média. Isto se consubstancia na prática empresarial de definir o montante de investimento que será



realizado – na falta de outros indícios seguros e rigorosos sobre a provável evolução futura dos negócios – a partir das variações recentes no grau de utilização da capacidade produtiva instalada. Privilegiar este indicador não livra, contudo, o sistema de flutuações. Na realidade, pode-se dizer que as reversões abruptas de expectativas vão definir tão somente as crises mais profundas, enquanto as flutuações cíclicas que caracterizam o sistema capitalista prescindem de alterações violentas no estado de confiança nos negócios.

Grosso modo, podemos apresentar os determinantes da dinâmica cíclica da economia da seguinte forma: se a economia se encontra crescendo, vai chegar um momento em que determinados mercados – uns primeiro que outros – vão ser saturados, ou seja, se esgotarão as possibilidades de **ampliação** da oferta e venda lucrativa de mercadorias nos mesmos. Tal como se pode depreender da caracterização dos padrões de gasto capitalista e operário feita acima⁵⁷, esta saturação de mercados **tende** a ocorrer primeiramente em segmentos que produzem bens de luxo, destinados ao mercado restrito e bastante estável do consumo capitalista. Na verdade, a única chance de que tais mercados cresçam ininterruptamente é se os próprios trabalhadores se incorporarem aos mesmos como compradores de bens de consumo duráveis e bens de luxo. Vale dizer: **a saturação dos mercados (e, por conseguinte, a dinâmica cíclica) tende a se manifestar com mais intensidade em economias onde a concentração da renda é maior, e com menor intensidade (podendo mesmo não se manifestar) em economias que conseguem preservar uma distribuição de renda mais eqüitativa**⁵⁸. Uma vez manifesta esta saturação, e caso não haja estímulos extraordinários ao investimento produtivo⁵⁹, ela vai determinar a retração dos planos de investimento dos empresários que atuam nestes setores. Afinal, não há porque investir – ampliando a capacidade produtiva das plantas – se as vendas esperadas são estáveis.

O resultado da retração dos investimentos nos setores saturados é a queda na demanda de máquinas e instalações. O que, por sua vez, vai determinar uma queda na produção corrente e no nível de utilização da capacidade instalada das indústrias produtoras de bens de capital; vale dizer: vai se elevar o nível de capacidade ociosa nestas indústrias. E a reação dos empresários deste setor à queda de demanda corrente será não apenas uma retração dos seus planos de investimento (o que deprime ainda mais a demanda de máquinas!) como **uma retração dos seus gastos correntes com insumos (aço, energia elétrica, peças, etc.) e com mão-de-obra**.

Ora, na medida em que trabalhadores são desempregados das firmas produtoras de máquinas e instalações (e das firmas produtoras de **insumos** para máquinas e instalações), cai a demanda pelos

⁵⁷ E assumindo-se, por hipótese, que não ocorre qualquer inflexão nas expectativas e decisões de investimento empresariais, que definiria a **crise**, por oposição a mera **depressão cíclica**.

⁵⁸ A este respeito, veja-se o capítulo sexto de Paiva (2007).

⁵⁹ Associados, por exemplo, a alguma revolução tecnológica, que obrigue os produtores a substituírem o maquinário defasado antes mesmo de seu pleno desgaste e depreciação.

bens de consumo que compõem a cesta básica deste segmento da população. Isto, por sua vez, afetará negativamente o nível de capacidade utilizada e de demanda de toda a economia, iniciando-se um processo recessivo que só será revertido quando houver a destruição de parte significativa da capacidade instalada – pela ação do tempo e/ou pelo processo de falência das firmas mais frágeis e/ou por alguma revolução tecnológica que imponha a compra de máquinas mais modernas. A destruição da capacidade instalada estimulará, então, a retomada dos investimentos. E a retomada dos investimentos se traduzirá na ampliação do emprego no setor produtor de máquinas e instalações, com conseqüências positivas sobre a demanda, a produção e o emprego no setor de bens de consumo dos trabalhadores. O que dá início a um novo período de expansão que vai se resolver em um novo ciclo econômico.

Evidentemente, as tendências anárquicas do sistema não vão se resolver apenas em crises e ciclos recorrentes. Como já vimos, elas também alicerçam a permanente revolução da base técnica de produção. E esta revolução não apenas cria estímulos extraordinários ao investimento produtivo (potencializando a recuperação econômica e a retomada do crescimento) como amplia a produtividade sistêmica (que se resolve em quedas dos preços das mercadorias afetadas pelo progresso técnico, com a conseqüente elevação do poder de compra daqueles que auferem rendimentos, sejam eles salários ou lucros). O que fica por definir, então é: **no longo prazo, o sistema capitalista tende a aprofundar as dimensões perversas de sua dinâmica peculiar (manifestas nas crises e nas fases depressivas do ciclo econômico), ou as dimensões benéficas da mesma (manifestas nos estímulos extraordinários ao investimento, na elevação da produtividade e dos salários reais)?**

Como não poderia deixar de ser, esta questão – referida não apenas ao futuro, mas ao futuro longínquo – é controversa. Em particular, os dois maiores institucionalistas históricos que se debruçaram sobre o tema – Marx e Schumpeter – vão dar respostas distintas à mesma. Para Schumpeter, as dimensões propulsivas da anarquia mercantil suplantam suas dimensões deletérias, e o saldo é francamente favorável ao capitalismo⁶⁰. Para Marx – assim como para seus seguidores mais competentes, como Lênin (1982), Rosa Luxemburgo (1984) e Steindl (1983) –, ao contrário, o sistema tende à estagnação crescente, na medida em que se universaliza e realiza em todo o mundo suas tendências à negação do trabalho vivo e à brutal concentração da renda e da propriedade.

⁶⁰ Segundo o autor: “O capitalismo .. é, pela própria natureza, uma forma ou método de mudança econômica, e não apenas nunca está, mas nunca pode estar, estacionário.” (Schumpeter, 1984, p. 112). E, logo adiante: “Um sistema – qualquer sistema, econômico ou não – que em **todos** os pontos no tempo utilize plenamente suas possibilidades da melhor maneira possível pode, mesmo assim, no longo prazo, ser inferior a um sistema que não o faça em **nenhum** ponto no tempo, pois essa pode ser uma condição para o nível ou velocidade do desempenho a longo prazo.” (Schumpeter, 1984, p. 113).

Infelizmente, não podemos ingressar aqui nos detalhes da polêmica entre estes dois grandes intérpretes do capitalismo. Contudo, é possível traçar, de forma algo impressionista, os fundamentos de avaliações tão distintas⁶¹.

Em primeiro lugar, Marx e Schumpeter divergem acerca do perfil do progresso técnico capitalista. Schumpeter acredita que o empresário inovador busca poupar todo e qualquer recurso produtivo, seja ele mão-de-obra ou capital. Para Marx, diferentemente, o progresso técnico capitalista tem uma inflexão clara: ele poupa, preferencialmente, mão-de-obra e apenas secundariamente insumos e capital fixo. Afinal, o operário é o antípoda do capitalista, sempre reivindicando aumentos salariais e diminuição das horas e da intensidade do trabalho. De outro lado, as máquinas e instalações são seu patrimônio, a expressão de sua riqueza. A firma industrial idealizada pelos empresários capitalistas seria, assim, plenamente automatizada, rica em máquinas e robôs, que seriam operados por um número diminuto (e relativamente bem remunerado) de trabalhadores satisfeitos e fiéis.

Ora, se Marx tem razão, a principal consequência do progresso técnico seria a concentração da propriedade e da renda, com a consequente depressão dos mercados para a produção de bens de consumo para os trabalhadores. Neste caso, a alavancagem dos investimentos associada à produção de novas máquinas seria mais do que compensada pela diminuição dos mercados derivada da negação do trabalho vivo e da redução da taxa e da massa salarial.

Além disso, Marx acredita que os processos inovativos (que garantem vantagens competitivas e lucros extraordinários às firmas que os introduzem primeiramente) e as crises freqüentes levam ao aprofundamento da concentração de capital até o ponto em que só existiriam grandes empresas no mercado. E estas empresas seriam tão grandes e tão sólidas que conseguiriam sobreviver mesmo às crises mais profundas. Assim, a partir de determinado momento, a queima de capital necessária à retomada dos investimentos (e, por extensão, à recuperação do emprego e do crescimento econômico) não ocorreria mais. (Marx, 1980a, cap. 23). Schumpeter, diferentemente, defende o ponto de vista de que a revolução técnica que caracteriza o capitalismo é tão profunda e radical que mesmo as grandes empresas criadas no bojo dos processos de inovação e crise poderiam ser superadas por empresas mais modernas e dinâmicas. De sorte que a destruição criativa que embala a retomada do crescimento jamais cessaria (Schumpeter, 1984, cap. 8).

Outra diferença importante diz respeito à leitura de ambos acerca da potencialidade de valorização/acumulação de capital na esfera especificamente financeira. Para Marx, na medida em que os empresários capitalistas deixam de perceber oportunidades de investimento lucrativo no sistema produtivo, canalizam seus lucros para a especulação financeira. Schumpeter não nega a autonomia relativa dos dois sistemas, mas é muito mais cético com relação à sustentabilidade de longo prazo da

⁶¹ Para o detalhamento desta controvérsia, vejam-se os capítulos terceiro e sexto de Paiva, 2007.

valorização especificamente financeira, e aposta no redirecionamento sistemático da ação empresarial para a esfera da produção, via investimentos em novas máquinas e instalações, o que reforçaria a demanda sistêmica e daria sustentabilidade ao crescimento da economia real⁶².

Por fim, Marx e Schumpeter têm visões distintas dos desdobramentos da internacionalização da ordem burguesa. Ambos percebem claramente que esta é uma tendência universal. Marx, em particular, vê nesta estratégia uma das alternativas buscadas pelas grandes empresas capitalistas para driblar a crônica insuficiência de mercados internos. Segundo o autor:

“Impelida pela necessidade de mercados sempre novos, a burguesia invade todo o globo terrestre. Necessita estabelecer-se em toda parte, explorar em toda parte, criar vínculos em toda parte.

Pela exploração do mercado mundial, a burguesia imprime um caráter cosmopolita à produção e ao consumo em todos os países. Para o desespero dos reacionários, ela roubou da indústria sua base nacional. As velhas indústrias nacionais foram destruídas e continuam a ser destruídas diariamente. São suplantadas por novas indústrias, cuja introdução se torna uma questão vital para as nações civilizadas – indústrias que já não empregam matérias-primas nacionais, mas sim matérias-primas vindas das regiões mais distantes, e cujos produtos se consomem não somente no próprio país mas em todas as partes do mundo.

Com o rápido aperfeiçoamento dos instrumentos de produção e o constante progresso dos meios de comunicação, a burguesia arrasta para a torrente da civilização todas as nações, até mesmo as mais bárbaras. Os baixos preços de seus produtos são a artilharia pesada que destrói todas as muralhas da China e obriga à capitulação os bárbaros mais tenazmente hostis aos estrangeiros.” (Marx e Engels, 2005, pp. 43/4)

O problema é que, na medida em que se universaliza a ordem burguesa sobre o globo terrestre, se universalizam suas contradições e limites. Pior: enquanto nos países centrais a transição para o capitalismo se deu a partir de revoluções democráticas e populares – que levaram à constituição de Estados nacionais efetivamente comprometidos com a igualdade formal⁶³, com raras e honrosas exceções⁶⁴, a transição da periferia se realizaria a partir de processos políticos impostos desde fora e sem qualquer participação cidadã. O resultado é que a concentração da propriedade e da renda nestes países tenderia a ser levado ainda mais longe do que nos países centrais; de sorte que os limites de mercado que circunscrevem a continuidade do crescimento e da acumulação capitalista seriam levados ao paroxismo na periferia.

⁶² A este respeito, vejam-se os capítulos 3, 5 e 6 de Schumpeter, 1982.

⁶³ Mas não aparential: a igualdade formal corresponde à igualdade jurídica e política, que se contrapõe à igualdade real apenas na medida em que não contempla qualquer igualação no plano da propriedade dos meios de produção e das condições de reprodução autônoma.

⁶⁴ Dentre as quais, a mais importante é o processo japonês.



Schumpeter concordava integralmente com a tendência a globalização anunciada por Marx há mais de século e meio. Porém, em contraposição às teses de Marx, Lênin e Rosa Luxemburgo, acreditava que os processos nacionais de desenvolvimento capitalista são demasiado díspares para sofrerem qualquer generalização, de forma que, assim como não se poderia identificar uma tendência à estagnação nas economias centrais, tampouco se poderia identificar uma tal tendência na periferia⁶⁵.

Ora, naquilo que Marx e Schumpeter estão de acordo – a revolução técnica permanente, a universalização do capitalismo sobre o globo, o surgimento e consolidação das grandes empresas, etc. – não parece haver muito espaço para dúvida: seus prognósticos se mostraram absolutamente corretos. Mas, no plano das divergências, ainda há espaço para polêmica, pois podemos encontrar evidências empíricas que corroboram, tanto as teses de Marx e seguidores, quanto as teses de Schumpeter.

A verdade é que a história transcorrida não garantiu vitória incontestada a nenhum destes dois grandes gênios do pensamento econômico. Não obstante, arriscaríamos dizer que a sombria visão de futuro de Marx vem se realizando e se impondo com poucas notas dissonantes na periferia do capitalismo; em particular na América Latina e na África. De outro lado, nos países centrais, as tendências identificadas por Marx – crises recorrentes, subutilização crônica dos recursos produtivos (em particular da força de trabalho), concentração da propriedade, etc. – realizam-se de forma clara; mas em níveis menos dramáticos e perversos do que os previstos por esse autor (ainda que, talvez, em níveis mais persistentes e profundos do que os previstos por Schumpeter). Só que, aparentemente, estas tendências só se realizam de forma mitigada porque um amplo conjunto de instituições (dentre as quais, o próprio Estado) e políticas (de emprego, de renda, de defesa da concorrência, etc.) são mobilizadas com vistas a dirimir os efeitos deletérios do livre funcionamento do mercado.

Esta dualidade parece revelar que o capitalismo é ainda mais plástico e adaptável do que Marx projetava. Mas isto não nos joga necessariamente no campo de Schumpeter, mais “incertezista e relativista” do que o de Marx. Pelo contrário: nos recoloca na trilha marxista ao propor a questão das determinações histórico-materiais da construção de instituições (em particular, mas não só, do Estado) capazes de driblar a plena manifestação das tendências mais perversas do sistema capitalista. E – mais uma vez na contra-mão de Schumpeter – a resposta parece se encontrar, sim, no padrão de transição para o sistema mercantil-capitalista, e, por consequência, na influência imperialista. Aqueles países que transitaram autonomamente para este sistema – como a Inglaterra, os Estados Unidos e a França, para citar apenas os casos clássicos – passaram por revoluções abertas, que envolveram a ampla mobilização da população, inclusive de seus estratos subordinados. E os Estados que emergem destas revoluções assumem perfis e compromissos com a democracia e com a cidadania que

⁶⁵ Para a crítica schumpeteriana da teoria marxista do Imperialismo, veja-se Schumpeter, 1984, pp. 72 e segs.

extrapolam à dimensão puramente formal do igualitarismo burguês. Diferentemente, as nações que transitam para a ordem mercantil a partir de “revoluções pelo alto”, articuladas a partir de alianças entre os estratos dominantes internos e o capital internacionalizado, ingressam na nova ordem sem abrir o Estado às pressões e demandas dos “de baixo” e sem alterar os padrões de estratificação social pré-capitalista; padrões estes que vão se tornando ainda mais perversos na medida em que se adotam práticas regulatórias que sancionam (quando não aceleram e aprofundam!) as tendências de concentração da renda e da propriedade imanentes à concorrência capitalista⁶⁶.

2.5 CONCLUSÃO

Ao longo deste capítulo procuramos demonstrar uma tese: a de que o sistema mercantil-capitalista é um sistema muito particular, que não comporta qualquer “naturalidade”. O que não implica pretender que ele seja, em qualquer sentido, “anti-natural”. Pelo contrário: sua particularidade primeira se encontra justamente no fato de que ele permite a manifestação nua e crua daquilo que os neoclássicos consideram a própria “natureza” do homem: a racionalidade instrumental, a busca do máximo benefício por unidade de dispêndio. Uma particularidade que Marx e Engels traduzem (na passagem que nos serve de epígrafe), na afirmação de que no mundo do mercado “os homens são obrigados finalmente a encarar sem ilusões a sua posição social e as suas relações [utilitárias e conflituosas] com os outros homens”. (Marx e Engels, 2005, p. 43).

A frieza e o utilitarismo que caracterizam as relações sociais neste sistema têm um pressuposto básico. Os homens não se vêem”, aqui, como “superiores e inferiores”, “protetores e dependentes”, “membros de um clã ou de outro”, “aliados ou inimigos”. A despeito da profunda interdependência do mundo do mercado globalizado e das enormes desigualdades de renda e propriedade, os agentes econômicos do capitalismo se vêem como reciprocamente independentes e iguais. E esta forma de se ver, não só não é meramente ilusória (a solidão e a alienação são reais!), como tem desdobramentos e consequências reais.

A primeira consequência é que administram os seus recursos sem medir as consequências sociais. O que se resolve na incessante revolução da base produtiva (manifesta, primordialmente, nos processos de industrialização e urbanização), na recorrente emergência de “crises de superprodução”, e na crescente diferenciação entre proprietários/gestores dos meios de produção concentrados e trabalhadores desapropriados. A segunda consequência deriva-se das anteriores: ao se verem como portadores de direitos iguais e submetidos a condições de reprodução desigual, os trabalhadores se organizam, reivindicam e tensionam sistematicamente a ordem política e social.

⁶⁶ A este respeito, recomendamos fortemente a leitura do, tão brilhante, quanto subestimado trabalho de Barrington Moore Jr., intitulado *As origens sociais da ditadura e da democracia*. (Moore Jr., 1975).



Ora, o que nos interessa nesta breve síntese é trazer à luz (agora concentrada) o equívoco daquelas interpretações que virtualmente universalizam este modo de produção tão rico e peculiar. Interpretações estas que não se circunscrevem ao âmbito do pensamento neoclássico⁶⁷, mas que se encontram difundidas mesmo entre autores que se querem estruturalistas, institucionalistas históricos.

Na realidade, este equívoco é tão difundido que ele grassa mesmo entre intérpretes que se querem marxistas. No Brasil, por exemplo, não são raros os cientistas sociais que se pretendem materialistas históricos e dialéticos e defendem o ponto de vista de que nossa formação econômica é capitalista desde sua origem. A eles, só cabe perguntar: como pode ser capitalista um sistema social baseado no controle direto e na desigualdade formal consagrada prática e juridicamente pela escravidão, que é absolutamente incompatível com a disseminação da ideologia e da utopia igualitarista burguesa? Como pode ser capitalista um sistema cujo padrão técnico de produção da principal manufatura – a açucareira – mantém-se rigorosamente estável de meados do século XVI a meados do século XVIII? Como pode ser capitalista um sistema cuja resposta à crise não é o desemprego e a generalização da superprodução, mas a autarquização, a produção para a subsistência e a ruralização? Ao contrário do capitalismo, caracterizado por Marx e Engels como aquele sistema em que “tudo o que é sólido se desmancha no ar”, no Brasil colônia, tudo o que é vaporoso e líquido em seus primórdios se solidifica e se enrijece ao longo do tempo.

É bem verdade que os intérpretes nacionais que viram “capitalismo” no Brasil escravista tiveram um mérito: perceberam que as conexões de mercado da ordem colonial tornavam desnecessária qualquer revolução aberta e popular para a generalização da ordem mercantil. E, de fato, transitamos para a ordem burguesa a partir de uma revolução pelo alto, virtualmente sem participação popular ou conquistas democráticas. O que tem consequências profundamente perversas para nossa dinâmica econômica e social.

Contudo, o fato de que um equívoco se contraponha a outro ainda maior não o torna uma verdade. Como nos ensina Weber, o capitalismo não se confunde, nem se reduz à busca de lucro e a práticas comerciais. E como nos ensina Marx, o capitalismo tampouco se confunde com a exploração, tão antiga quanto a civilização. O capitalismo é um sistema de relações sociais muito particular e determinado, em que todos os homens se relacionam com todos os outros por intermédio da mercadoria e do dinheiro. Essas relações – que se expressam e coisificam em preços – o fazem parecer natural e eterno. E esta aparência é tão forte que confunde até mesmo aqueles que se pretendem seus críticos.

⁶⁷ Ainda que sejam essencialmente cartesianas.